

Evidenciação das informações de natureza sócio-ambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial

TÂNIA CRISTINA AZEVEDO

Cláudia Ferreira da Cruz

Resumo:

O presente trabalho aborda a evidenciação das informações de natureza sócio-ambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região Nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial. Nessa pesquisa, realizou-se uma abordagem descritiva, a qual foi delineada por uma pesquisa documental e bibliográfica; na fase empírica do estudo adotou-se a pesquisa de campo por meio de um levantamento dos Balanços Sociais das 11 distribuidoras de energia elétrica que atuam na região Nordeste do Brasil, relativos ao exercício findo em 31/12/2005. Os principais resultados apontam para uma maior tomada de consciência por parte das empresas analisadas da importância da divulgação de informações de natureza social e ambiental. A comparação feita entre a pontuação obtida pelas empresas na divulgação das informações sociais e ambientais e alguns indicadores de desempenho econômico e social supõe que estes últimos não estão necessariamente relacionados com a disposição dessas empresas em divulgar informações concernentes à sua atuação social e ambiental, assim como as relativas aos impactos das suas atividades.

Área temática: *Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social*

Evidenciação das informações de natureza sócio-ambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial

Autores

Tânia Cristina Azevedo (UEFS) – tanaze@terra.com.br

Cláudia Ferreira da Cruz (UEFS) – claudia_uefs@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho aborda a evidenciação das informações de natureza sócio-ambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região Nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial. Nessa pesquisa, realizou-se uma abordagem descritiva, a qual foi delineada por uma pesquisa documental e bibliográfica; na fase empírica do estudo adotou-se a pesquisa de campo por meio de um levantamento dos Balanços Sociais das 11 distribuidoras de energia elétrica que atuam na região Nordeste do Brasil, relativos ao exercício findo em 31/12/2005. Os principais resultados apontam para uma maior tomada de consciência por parte das empresas analisadas da importância da divulgação de informações de natureza social e ambiental. A comparação feita entre a pontuação obtida pelas empresas na divulgação das informações sociais e ambientais e alguns indicadores de desempenho econômico e social supõe que estes últimos não estão necessariamente relacionados com a disposição dessas empresas em divulgar informações concernentes à sua atuação social e ambiental, assim como as relativas aos impactos das suas atividades.

Palavras-chaves: Evidenciação, Informações sociais, Setor elétrico.

Área temática: Gestão de custos ambientais e Responsabilidade Social

1. INTRODUÇÃO

As atividades relativas à geração e comercialização de energia elétrica no Brasil têm história recente, muito embora apresente algumas características que permitem a sua segregação em diferentes fases. A primeira fase é caracterizada pelo predomínio de empresas estrangeiras, perdurando até as primeiras décadas do século XX, quando teve início o processo de estatização do setor, que foi marcado pela verticalização e monopólio das atividades, no entanto, a conjuntura política e econômica de instabilidade que caracterizou a década de 80, puseram fim à continuidade desse modelo, promovendo um processo de desestatização e desverticalização do setor de energia elétrica, quebrando monopólios e permitindo maior flexibilidade no gerenciamento das atividades.

Em 1996, foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Lei n.º 9.247, antecedida pela aprovação da Lei n.º 8.987/95 – Lei das Concessões, com a finalidade de promover a mediação, regulação e fiscalização das atividades do setor. Este órgão propõe direcionamento para a condução das atividades do setor elétrico no Brasil. Nos últimos anos, verificou-se uma crescente organização de procedimentos para o setor, um exemplo, foi a aprovação da Resolução n.º 444/01, que instituiu o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o qual engloba plano de contas, roteiro para elaboração e divulgação de informações econômica e financeira, além de estabelecer diretrizes para a publicação do Relatório Anual de Responsabilidade Social.

Com isso, instrumentos de divulgação externa passaram a fazer parte do conjunto de relatórios a serem divulgados pelo setor elétrico brasileiro, cabendo destacar, a publicação anual do Relatório de Responsabilidade Social, o que se tornou um requisito relevante para o

segmento, o documento busca expressar, os impactos sociais e ambientais causados em seu ambiente de atuação.

Deste modo, a evidenciação dos indicadores sociais, busca revelar a natureza e o montante dos recursos empresariais destinados às ações de responsabilidade social interna e externa, de forma a medir o desempenho da cidadania empresarial.

Considerando ainda que discussões em torno das informações sociais e ambientais geradas pelo setor elétrico no Brasil, atualmente têm recebido apoio de organismos que se preocupam com o retorno estratégico para as organizações empresariais e, diante de uma necessidade junto aos agentes reguladores de maior transparência na evidenciação, a presente pesquisa foi suportada pela seguinte questão: Qual o nível de evidenciação dos indicadores de responsabilidade social, segundo o modelo do IBASE, publicados pelas distribuidoras de energia elétrica do Nordeste do Brasil? Há dependência entre o nível de evidenciação e os indicadores de desempenho econômico e financeiro?

Diante deste contexto a presente pesquisa investigou o nível de evidenciação dos indicadores de responsabilidade social das distribuidoras de energia elétrica do Nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial. Para tanto foi desenvolvida uma contextualização sobre as informações de natureza social e ambiental, tendo como parâmetro o setor elétrico no Brasil, e suas ramificações de atuação; também foram discutidos os aspectos de responsabilidade social deste segmento, a importância da evidenciação das informações de natureza sócio-ambiental para o setor elétrico nordestino.

Na parte empírica do estudo, examinou-se os relatórios de responsabilidade social do das distribuidoras de energia elétrica do Nordeste do Brasil, para verificar a forma e característica da divulgação social e ambiental externa do setor, e também se buscou uma relação com indicadores de desempenho empresarial, que neste trabalho foi denominado de indicadores de excelência da responsabilidade social empresarial.

A presente pesquisa justifica-se em face da necessidade de uma investigação acerca dos modelos adotados pelos agentes regulamentadores do setor energético brasileiro, para a evidenciação das informações de natureza sócio-ambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região Nordeste do Brasil, considerando os aspectos relativos à sua demonstração de responsabilidade social.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Divulgação de Informações de Natureza Social e Ambiental

Partindo do pressuposto que as entidades empresariais interagem com a comunidade em que exercem suas atividades, fica posta a existência de uma tendência mundial quanto ao oferecimento de produtos com qualidade, preço e comodidade competitivos e de acessibilidade aos consumidores, tornando-se necessário que tais organizações apresentem um diferencial que as possibilite, entre outras conquistas, alcançar maior fatia de mercado.

Azevedo e Cruz (2006) afirmam que “a sociedade tem cobrado das empresas uma prestação de contas no sentido de identificar aquelas entidades que geram prejuízos ou que não acrescentam nenhum valor à qualidade de vida da comunidade onde estão inseridas”.

A concepção das autoras retrata que crescente conscientização da sociedade em relação à responsabilidade social das empresas é acompanhada por um aumento na demanda por informações que demonstrem as ações sociais das empresas. Sendo importante que tais empresas se adequem a esse cenário, que tende a se consolidar cada vez mais.

Nesse contexto, a contabilidade, que é um dos principais sistemas de informações econômicas e financeiras que a empresa tem, possui um considerável potencial para atender a tal demanda por informações de natureza sócio-econômica. Isto poderá ser retratado na divulgação de relatórios de responsabilidade social.

Azevedo e Cruz (2006), afirmam ainda que tornou-se fundamental para a empresa

evidenciar para o mercado informações com a efetiva contribuição para o desenvolvimento social e econômico do seu ambiente de atuação. Tal visão retrata a importância de divulgar de forma mais transparente possível as informações sociais e ambientais.

No que tange a divulgação da informação, é importante salientar que toda divulgação, precisa atender a determinados critérios, que serão definidos de acordo com a natureza a ser divulgada, público alvo, objetivos que se pretende com a sua divulgação, a abrangência e profundidade, entre outros. O Quadro 1 apresenta algumas características dessas informações.

Características das Informações divulgadas pelas empresas	
O que, quanto e como deve ser divulgado	Sempre haverá discordâncias quanto à quantidade e forma.
Níveis de divulgação	- Informações de reconhecimento e mensuração: contidas nas demonstrações contábeis obrigatórias; - Informações de divulgação em sentido estrito: veiculadas em notas explicativas e demonstrações complementares
Pontos relevantes a serem considerados	- A quem se destina; - Finalidades; - Dimensões.
Qualidades fundamentais	Toda informação deve ser adequada, justa e plena.

Fonte: Hendriksen e Van Breda (1999) e Iudicibus (1997) adaptado pelos autores.

Quadro 01 – Características da evidenciação de informações contábeis

O Quadro 01 retrata alguns pontos a serem observados quando da arquitetura de uma informação a ser divulgada por uma entidade. Toda entidade compreende um amplo círculo de usuários e propósitos específicos, que, no caso das informações de natureza social e ambiental, buscam retratar a efetiva contribuição das empresas, por meio de seu relacionamento com a sociedade, empregados, clientes, fornecedores, acionistas, sindicatos e instituições do poder público.

Nesta visão, Almeida e Siqueira (2006), afirmam que a consolidação das idéias de responsabilidade social foi iniciada na década de 1950 nos Estados Unidos e na década seguinte na Europa, o que deu origem à necessidade de divulgação das ações promovidas neste sentido.

Um dos instrumentos que vem sendo amplamente utilizados para divulgação dessas informações de natureza social e ambiental é o Balanço Social (BS), definido por Tinoco (2001) como um demonstrativo que visa descrever alguns aspectos da realidade econômica e social de uma entidade, por meio do qual é passível de avaliação.

De acordo com Martins, Bernardo e Madeira (2002, p. 114), o tema Balanço Social é discutido no Brasil desde a década de 60, mas recebeu maior projeção nos anos 90, por meio de leis, projetos de leis e discussões no meio político, social e empresarial. A empresa estatal baiana Nitro fértil foi a primeira empresa brasileira a publicar um Balanço Social (TORRES, 2006). Desde então, o BS tem sido elaborado e divulgado voluntariamente por diversas empresas de diferentes segmentos econômicos.

Com isso, o Conselho Federal de Contabilidade publicou no ano de 2004 a Resolução CFC n.º 1.003, a qual aprovou normas técnicas específicas para discutir tais informações, compreendendo informações de natureza social e ambiental, a geração e a distribuição de riqueza, os recursos humanos, a interação da entidade com o ambiente externo e a sua interação com o meio ambiente.

Segundo a visão Oliveira et. al. (2006, p. 1):

“ independentemente do segmento em que atua a organização e do porte que ostenta, sua sobrevivência nos dias atuais requer a aplicação dos conceitos de ética, transparência e responsabilidade social, por meio da implementação de políticas e práticas que contribuam para se alcançar sucesso econômico em longo prazo em função de seu relacionamento com todas as partes interessadas, no agir permeado de

interação.”

A concepção dos autores neste estudo reforça a visão que a divulgação das informações de responsabilidade social abrange diversos e múltiplos segmentos empresariais, e que, a cada dia, as empresas buscam mensurar a amplitude de suas atividades e ações e disponibilizar aos diversos interessados (*stakeholders*) que estão em torno da organização.

Com isso Oliveira et. al. (2006, p. 2) afirma que:

“A evidenciação e a divulgação de ações que ultrapassam o registro e o desempenho de natureza econômico financeira, práticas que vêm ganhando prestígio e consolidação no mundo dos negócios internacionais, se concretizam por diversas maneiras e fazem parte de procedimentos sistematizados pela contabilidade sob o enfoque social, que, dentre outras atribuições se ocupa de registra, organizar, apresentar e interpretar as ações sociais das organizações e seus impactos econômicos e financeiros.”

Desta forma o BS, apresenta-se como um instrumento apropriado para retratar as informações de responsabilidade social e ambiental que, segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003), apontam quatro vertentes para sua concepção e estruturação, são elas: balanço ambiental, benefícios gerais à sociedade, balanço de recursos humanos; e demonstração do valor adicionado.

Salienta-se que atualmente o modelo de BS proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), é o mais difundido, o qual faz referência a todos os itens citados pelos autores Iudícibus, Martins e Gelbcke. Porém prioriza informações com maior riqueza de detalhes para os três primeiros itens indicados.

Embora ainda não se tenha um modelo padronizado para todas as empresas, dos mais diversos tamanhos e ramos de atividade, os modelos de BS atualmente adotados, com destaque para o modelo IBASE, carecem ser investigados e discutidos, visando seu aperfeiçoamento e a constatação de que esse relatório tem alcançado seus objetivos.

2.2 Informações Gerais do Setor Elétrico

O setor elétrico brasileiro vem passando por grandes transformações nos últimos anos. Desde o surgimento do sistema de energia elétrica, diversas fases caracterizaram este setor. As mudanças mais recentes foram marcadas pelo processo de privatização das empresas estatais de energia elétrica, iniciado em meados dos anos de 1990.

Atualmente, este setor é gerido por órgãos ligados ao Estado, os quais têm funções bem definidas, conforme exposto no Quadro 02.

Órgão	Sigla	Dispositivo Legal	Objetivo Principal
Agência Nacional de Energia Elétrica	ANEEL	Lei n.º 9.427/96	Regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.
Operador Nacional do Sistema Elétrico	ONS	Lei n.º 9.648/98 e Decreto n.º 2.655/98	Operar o sistema elétrico interligado nacional e administrar a rede básica de transmissão de energia no Brasil.
Mercado Atacadista de Energia Elétrica	MAE	Lei n.º 9.648/98 e Decreto n.º 2.655/98	Atuar na promoção da livre concorrência entre as empresas que executam serviços de energia elétrica no sistema brasileiro.
Câmara de Gestão do Setor Elétrico	CGSE	Decreto presidencial n.º 4.261/02	Coordenar a política energética nacional relacionada com o setor elétrico.

Fonte: MORITZ (2001); ALMEIDA e SIQUEIRA (2006); e GANIM (2003). Adaptado.

Quadro 02 – Principais órgãos de regulamentação do Setor Elétrico brasileiro

O funcionamento do sistema elétrico no Brasil ainda encontra-se em fase de transição (GANIM, 2003, p.28), no qual podem ser identificadas as seguintes atividades principais: geração, transmissão, distribuição e comercialização. Já os consumidores dos serviços de energia elétrica estão divididos em consumidores livres e consumidores cativos.

As empresas que atuam no setor elétrico brasileiro desenvolvem essa atividade sob o regime de concessão, permissão ou autorização. Desta forma, as mesmas exercem uma função intermediária entre o Estado – promotor de serviços públicos e o usuário – consumidor destes serviços. Segundo dados da ANEEL, relativos ao ano de 2005, o mercado de distribuição de energia elétrica opera no Brasil com 64 empresas em regime de concessão, englobando empresas estatais e privadas. Essas concessionárias distribuem energia para mais de 47 milhões de unidades de consumo, das quais, a grande maioria são consumidores residenciais (85%) localizadas em mais de 99% dos municípios brasileiros.

As empresas de energia elétrica que atuam na Região Nordeste do Brasil com contrato de concessão para atividade de distribuição de energia elétrica, que são em número de 11, fornecem uma energia total de aproximadamente 50 milhões de MWh, o que representa 16,19% de toda a energia elétrica distribuída no país, de acordo com dados da ANEEL.

2.3 Responsabilidade Social de Empresas do Setor Elétrico

De modo semelhante a qualquer organização empresarial, as empresas concessionárias de energia elétrica inserem-se em um contexto social e ambiental, do quais obtêm os recursos indispensáveis à realização de suas atividades econômicas. Essa interação acarreta impactos sociais, econômicos, culturais e tecnológicos. A conscientização, por parte dessas empresas, dos reflexos das suas atividades empresariais, nesse contexto, constitui a sua responsabilidade social.

Para Almeida e Siqueira (2006), “o impacto ambiental do setor elétrico é fator fundamental para a exigência de publicação, por parte das empresas atuantes no segmento, do Balanço Social”. Também se considera que, por se tratar de um serviço público, a análise da responsabilidade social deve ser mais ampliada, passando pela compreensão de que a prestação desses serviços tem de atender prioritariamente ao interesse público.

A ANEEL, além do seu papel de mediação, regulação e fiscalização, também exige o cumprimento das obrigações dispostas nos contratos de prestação dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Assim, recomenda alguns requisitos mínimos a serem observados pelas empresas que com ela celebram contrato de concessão, no tocante a divulgação de informações de natureza econômica e financeira, bem como de responsabilidade social.

Deste modo, por meio da Resolução n.º 444/2001, a ANEEL determina a obrigatoriedade da elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Empresarial. Essa mesma resolução institui o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o qual orienta que esse relatório deve elaborado obedecendo aos critérios de relevância, veracidade, clareza, comparabilidade, regularidade e verificabilidade.

O conteúdo do relatório deve obedecer à seguinte estrutura de apresentação, conforme o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (2001, p. 723):

- a) Apresentação: Mensagem do Presidente; Perfil do Empreendimento; e Setor da Economia;
- b) Parte I – A Empresa: Histórico; Princípios e valores; Estrutura e funcionamento; e Governança Corporativa;
- c) Parte II – O Negócio: Visão; Diálogo com partes interessadas; e Indicadores de desempenho econômico, social e ambiental;
- d) Anexos: Demonstrativo do Balanço Social (modelo IBASE); Iniciativas de Interesse da Sociedade (projetos sociais); e notas gerais.

Pode-se verificar que as empresas receberam orientação da ANEEL, por meio do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, para elaborar seus respectivos BS seguindo os modelos IBASE e a Demonstração do Valor Adicionado.

Almeida e Siqueira (2006, p. 6), lembram que o fato da ANEEL aceitar modificações, no modelo proposto pelo IBASE acaba por permitir que as empresas do segmento o alterem excessivamente, o que pode levar a uma exposição menos rica de informações.

A situação alertada por Almeida e Siqueira, foi constatada em análise prévia dos BS das empresas pesquisadas, revelando que as informações divulgadas não são uniformes quanto ao conteúdo proposto. Isso motivou o questionamento acerca da existência de algum fator empresarial que favorece ou inibice a evidenciação de determinados itens do Balanço Social – Modelo IBASE.

Optou-se por considerar a premissa que os indicadores de resultados econômicos e financeiros poderiam exercer influência no compromisso de evidenciação das informações de natureza social e ambiental, conforme o modelo proposto e não de acordo com a conveniência da empresa, que nesta abordagem foi denominado de indicadores de excelência social.

2.4 Estudos realizados acerca da divulgação e outros aspectos acerca das informações de natureza social e ambiental

Muitos estudos têm sido realizados com o objetivo de analisar diversos aspectos da responsabilidade social de empresas de diversos setores da economia, com destaque para os fatores que a influenciam, os benefícios gerados e a adequação da divulgação de informações de natureza social e ambiental.

Rocha et. al. (2002) realizaram um estudo de caso em uma empresa de celulose para verificar alguns aspectos qualitativos da evidenciação contábil das informações ambientais.

Pacagnella Júnior, Penedo e Marques (2006) fizeram uma análise dos indicadores de responsabilidade social segundo o modelo IBASE do balanço social nas usinas de açúcar e álcool de São Paulo. Os autores verificaram que o segmento pesquisado apresenta indicadores sociais externos considerados baixos.

Almeida, Siqueira e Marques (2006) pesquisaram dois segmentos: o primeiro refere-se à análise das informações sociais nas demonstrações contábeis publicadas por empresas do setor de saúde complementar e concluíram que as empresas analisadas apresentam evidenciação quase nula sobre informações sociais em suas demonstrações publicadas; o segundo trata-se de uma investigação das informações sociais ampliadas do setor elétrico brasileiro; neste estudo os autores observaram que existem vertentes do BS não cobertas ou cobertas de modo incipiente pelos modelos de BS publicados, inclusão e/ou exclusão de alguns indicadores e baixo nível de transparência dos relatórios.

Benston (1982) realizou uma análise das funções da padronização da Contabilidade como fator de realce da governança corporativa e responsabilidade social e concluiu que existe pouca probabilidade de que os diferentes padrões contábeis utilizados possam interferir na responsabilidade social de uma empresa e que talvez os custos incorridos na padronização não superem os benefícios.

Santana, Périco e Rebelatto (2006), realizaram uma análise da importância dos investimentos em responsabilidade sócio-ambiental para o desempenho financeiro corporativo de algumas empresas distribuidoras de energia elétrica e constataram forte correlação entre o faturamento corporativo e o investimento em responsabilidade sócio ambiental.

Recentemente, Oliveira et.al. (2006), estudaram os aspectos teóricos e práticos relacionados à adoção de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), e a análise das ações sociais adotadas e divulgadas por empresas utilizando-se o modelo analítico de Hopkins.

Como pode ser observado nas indicações anteriores, várias discussões e estudos têm permeado o tema relativo à divulgação social e ambiental, o que proporciona um vasto campo de pesquisas acerca do assunto. Assim, a parte empírica do estudo pretende investigar a divulgação externa das informações de natureza sócio-ambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região Nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial.

3. METODOLOGIA DO ESTUDO

A fase da metodologia consiste na descrição dos procedimentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, ou seja, proporciona orientação geral ao trabalho, facilitando a formulação do problema de pesquisa, coordenação dos objetivos, desenvolvimento da pesquisa e, por fim, a interpretação dos resultados.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva. Esse tipo de pesquisa tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de correlações entre as variáveis (GIL, 1999). No presente estudo, foram analisados os Demonstrativos do Balanço Social e as Demonstrações do Valor Adicionado das empresas do setor elétrico da região Nordeste, com o objetivo de investigar a relação entre o nível de indicadores sociais e ambientais divulgados com alguns indicadores de desempenho empresarial.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa de campo, a qual consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para posteriores análises (RUIZ, 1996, p. 50).

Também foram utilizadas as pesquisas: documental, a qual se baseia em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1999) e bibliográfica que, no entendimento de Gil (1999) é aquela desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído a partir principalmente de livros e artigos científicos.

Para a execução do presente estudo, é considerado como universo de pesquisa o total das empresas que atuam na atividade de distribuição de energia elétrica na região Nordeste do Brasil. Inicialmente, tinha-se o objetivo de realizar um levantamento com todas as empresas, porém, não se teve acesso aos relatórios de responsabilidade empresarial da totalidade de empresas do segmento no Brasil. Portanto, constitui-se amostra da pesquisa as empresas cujos relatórios de responsabilidade empresarial estavam disponíveis nas suas *homepages* ou publicado em jornal de circulação nacional. Dessa forma, a amostragem dessa pesquisa pode ser classificada como por acessibilidade, em que, segundo Gil (1999), o pesquisador apenas obtém os elementos a que tem facilidade de acesso.

A Tabela 1 contém a descrição das empresas que compõem o universo da pesquisa.

Tabela 1 – Composição do universo de pesquisa.

Empresa	Sigla	UF
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	COELBA	BA
Companhia Energética da Borborema	CELB	PB
Companhia Energética de Alagoas	CEAL	AL
Companhia Energética de Pernambuco	CELPE	PE
Companhia Energética do Ceará	COELCE	CE
Companhia Energética do Maranhão	CEMAR	MA
Companhia Energética do Piauí	CEPISA	PI
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	COSERN	RN
Companhia Sul Sergipana de Eletricidade	SULGIPE	SE
Empresa Energética de Sergipe S.A.	ENERGIPE	SE
Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba	SAELPA	PB

Fonte: Dados da Pesquisa

Das 11 empresas com contrato de distribuição de energia elétrica para atuar nos estados da região Nordeste do Brasil, foram obtidos os Balanços Sociais e Demonstrações do valor Adicionado de nove empresas, o que representa 82% do total. Como não se teve acesso aos relatórios mencionados das empresas CEMAR (MA) e SULGIPE (SE), essas ficaram de fora do presente estudo.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

Considerando que a contabilidade tem a função social de aproximar as relações entre diversas entidades, por meio suas informações geradas, considera-se como aspecto importante a evidencição dos impactos sociais e ambientais produzidos pelas empresas. É neste sentido que a presente pesquisa identificou indicadores financeiros publicados nas Revistas Balanço Anual – Gazeta Mercantil (2006) e Exame Maiores e Melhores (2006), que serviram de parâmetro para confirmar a participação efetiva das empresas do setor elétrico nordestino.

Para tanto, fez-se uma comparação com a divulgação social das companhias distribuidoras de energia elétrica da região Nordeste, por meio da elaboração de indicadores, denominados de índices excelência social para o setor elétrico.

A pontuação referente à divulgação social foi obtida atribuindo-se um ponto a cada informação evidenciada pela empresa em conformidade com os itens do Modelo oficial do IBASE para elaboração do Balanço Social. Ressalta-se ainda que, mesmo em se tratando de uma informação com valores negativos ou nulos, foi atribuída a pontuação, pois o objetivo era verificar se a empresa evidenciou aquela informação em seu relatório. Como foram identificados 48 indicadores no Modelo IBASE proposto para o Balanço Social no exercício de 2005, esse seria o valor máximo que as empresas poderiam obter. Os resultados encontram-se expressos na Tabela 2 em valores absolutos.

Tabela 2 - Pontuação obtida na evidencição dos indicadores do BS – Modelo IBASE pelas empresas de energia.

Empresa	Pontuação de Indicadores do BS – Modelo IBASE
CEAL	24
CELB	14
CELPE	48
CEPISA	46
COELBA	48
COELCE	48
COSERN	48
ENERGIPE	22
SAELPA	17

Fonte: Dados da Pesquisa

As maiores pontuações foram obtidas pelas empresas CELPE, COELBA, COELCE e COSERN. Todas elas alcançaram a pontuação máxima e apresentaram, além das informações requeridas no Modelo IBASE do Balanço Social, outras informações específicas de sua atuação social. A menor pontuação foi da CELB, seguida da SAELPA, essas deixaram de evidenciar muitas informações requeridas no Modelo, adequando o relatório às informações que optaram por divulgar. Essas informações se referem, sobretudo, àquelas que não são evidenciadas nos relatórios obrigatórios. Nota-se ainda que das nove empresas analisadas, apenas em três delas (33,33%) se verifica uma pontuação abaixo de 50% da máxima, o que pode ser um indício de que as mesmas estão mais cientes da importância da evidencição de tais informações.

A Tabela 3 apresenta algumas medidas de posição e de dispersão referentes à pontuação obtida na divulgação de informações sociais.

Tabela 3 – Medidas de estatística descritiva da pontuação obtida pela empresas analisadas na publicação do Balanço social - Modelo IBASE

Medidas de posição				Medidas de dispersão	
Média	Mínimo	Mediana	Máximo	Variância	Desvio padrão
35	14	46	48	231,5	15,2151

Fonte: Dados da Pesquisa

A média de pontos obtida pelas empresas não se distancia muito do valor máximo, o que é confirmado pelo valor da mediana. Isso ocorreu porque somente a pontuação de duas

empresas se distanciou muito da média. Analogamente, as medidas de dispersão apresentadas atestam que não houve significativa distorção na distribuição dessa pontuação.

Na abordagem dos indicadores de desempenho empresarial, foram adotadas como parâmetros as informações obtidas a partir das demonstrações contábeis das empresas que compõem a amostra da presente pesquisa. Para elaboração dos indicadores apresentados, foram considerados os seguintes componentes:

- Receita líquida ou Vendas Líquidas – obtida a partir das informações apresentadas no Balanço social das companhias elétricas.
- Lucro Líquido – extraído por meio das informações constantes nas Demonstrações contábeis divulgadas.
- Ativo total - obtido a partir dos dados apresentados no relatório anual de cada companhia pesquisada.
- Montante de investimentos sociais internos e externos – os números informados neste item foram conhecidos com base na divulgação do Balanço Social.

A Tabela 4 sintetiza os valores monetários (em milhares de reais) dos itens que compõem o perfil das empresas, quanto ao desempenho e composição patrimonial e desempenho social.

Tabela 4 – Indicadores patrimoniais e sociais das empresas

Empresa	Ativo Total	Receita Líquida	Lucro Líquido	Invest. Sociais Internos	Invest. Sociais Externos	Valor Adicionado	N.º de empregados	Remuneração dos Empregados
CEAL	780.347	468.795	12.467	29.959	147.449	330.981	946	72.437
CELB	142.377	83.651	4.935	3.338	39.859	53.406	220	6.940
CELPE	3.291.684	1.603.646	134.849	60.317	923.057	1.217.075	1.627	98.346
CEPISA	548.780	376.708	(100.36)	24.275	5.263	176.616	1.140	66.691
COELBA	4.770.636	2.702.117	581.445	91.214	1.440.774	2.273.844	2.776	122.694
COELCE	2.744.708	1.581.522	189.124	52.139	668.276	1.063.567	1.319	78.359
COSERN	1.308.994	619.655	116.733	21.867	294.507	599.515	683	41.966
ENERGIPE	1.545.229	381.159	67.311	20.616	199.050	328.037	842	30.420
SAELPA	918.862	492.552	72.058	24.734	287.779	416.177	1.638	36.421

Fonte: dados da pesquisa

Em cada uma das colunas da Tabela 4, que apresenta indicadores de composição e desempenho patrimonial, foram destacados os maiores e menores valores. A observação dos itens Ativo Total, Receita Líquida, Lucro líquido e Valor Adicionado confirmam que as quatro empresas que alcançaram maior pontuação na divulgação das informações de natureza social e ambiental também apresentam os maiores valores desses elementos, numa indicação que, da amostra analisada, são as empresas de maior porte. Analogamente, as empresas de menor pontuação na divulgação social e ambiental tiveram os menores valores desses componentes.

Os montantes de investimentos sociais internos e externos evidenciados no BS das empresas pesquisadas são maiores em três, das quatro empresas de maior pontuação na divulgação social e ambiental. Por sua vez, o menor montante foi da CELB, que alcançou também a menor pontuação.

As empresas com maior pontuação na divulgação das informações de natureza social e ambiental igualmente são as que têm o maior quadro de empregados, com exceção da COSERN, que tem o segundo menor corpo funcional entre as analisadas. Da mesma forma, a CELB apresenta o menor quantitativo de recursos humanos. Esse mesmo arranjo foi verificado na remuneração da força de trabalho das empresas analisadas.

Considerando que a análise financeira pode avaliar os efeitos de certos eventos sobre a situação financeira da empresa (MATARAZZO, 2003 pg. 27), neste trabalho foram consultadas algumas referências sobre esse assunto, para identificar indicadores que possivelmente pudessem ser relacionados para retratar a excelência social das empresas do

setor elétrico. O Quadro 3 apresenta os índices de desempenho empresarial selecionados para verificar se a divulgação de informações de natureza econômica e social pode ser influenciada pelo desempenho econômico e financeiro das empresas em análise.

Índice	Fórmula de Cálculo	Contextualização e interpretação
Margem líquida	$\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$	Retrata o rendimento obtido em relação ao volume de vendas, lucratividade da empresa em função das vendas.
Giro do Ativo	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo total}}$	Mede o volume de vendas em relação ao capital investido, eficiência com que a empresa utiliza os recursos totais aplicados no ativo.
Taxa de Retorno do Investimento	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	Retrata o poder de capitalização da empresa, por meio do potencial de geração de lucro, ou seja, demonstra quanto a empresa obteve de lucro em relação ao ativo.
Giro social interno	$\frac{\text{Investimento social interno}}{\text{Vendas Líquidas}}$	Busca evidenciar equivalência dos gastos com ações internas na empresa e a as vendas líquidas, demonstrando o potencial de investimento da empresa nas ações sociais internas.
Giro social externo	$\frac{\text{Investimento social externo}}{\text{Vendas Líquidas}}$	Busca evidenciar equivalência dos gastos com ações externas na empresa e a as vendas líquidas, demonstrando o potencial de investimento da empresa nas ações sociais externas.
Rentabilidade agregada dos investimentos	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Ativo Total}}$	Este indicado mede o potencial da empresa gerar riqueza para cada ativo
Retorno social sobre a remuneração dos empregados	$\frac{\text{Remuneração dos empregados}}{\text{Valor agregado gerado}}$	Demonstra a participação da mão-de-obra no valor adicionado gerado, retratando a parcela do valor adicionado que é destinada para remunerar os empregados.
Riqueza gerada por empregado	$\frac{\text{Valor Adicionado}}{\text{Número de funcionários}}$	Evidencia a produtividade da mão-de-obra, ou seja, revela a riqueza gerada por empregado.

Fonte: dados da pesquisa.

Quadro 3 - Índices financeiros para excelência social

Para a construção dos indicadores propostos no quadro 03, foram consideradas as sistemáticas adotadas por Matarazzo (2003) e publicação da Revista Balanço Anual – Gazeta Mercantil (2006) para retratar indicadores de rentabilidade ou Resultados. Para conhecer a excelência social do setor elétrico, foi considerada como parâmetro à proposta da Revista Exame Maiores e Melhores (2006), quando inseriu na sua publicação, indicadores de excelência empresarial.

Na obtenção dos indicadores baseados no Valor Adicionado gerado pelas companhias do setor elétrico nordestino, adotou-se a proposta de Santos (2003, pg. 219), que considera a extração de indicadores tomando como base os valores obtidos na Demonstração do Valor Adicionado, uma excelente ferramenta de análise, podendo ser utilizada por todos que pretendam entender um pouco melhor as relações da sociedade.

Santos (2003, pg. 219) afirma ainda que a utilização da DVA, no conjunto de informações produzidas pelas empresas, poderá dar condições de comparação entre grandezas econômicas que, antes apenas com base nas demonstrações contábeis tradicionais, não eram possíveis.

Com isso, na interpretação dos indicadores apresentados no quadro 3, considerou-se que, quanto maior o seu valor, melhor é o desempenho da empresa e, em caso contrário, considerou-se o inverso. Na presente pesquisa partiu-se do pressuposto de que as empresas que tivessem melhores índices de desempenho financeiro e econômico e adicionado

tenderiam a obter maior pontuação na divulgação de informações de natureza social e ambiental, de acordo com a metodologia proposta.

A Tabela 5 apresenta os indicadores relacionados aos resultados econômicos das empresas pesquisadas, margem líquida, giro do ativo e taxa de retorno do investimento e ainda indicadores de resultado social, giro social interno e externo.

Tabela 5 – Indicadores de resultados econômico e social

Empresa	Margem Líquida	Giro do ativo	Taxa de Retorno do Investimento	Giro social interno	Giro social externo
CEAL	0,0266	0,6008	0,0160	0,0639	0,3145
CELB	0,0590	0,5875	0,0347	0,0399	0,4765
CELPE	0,0841	0,4872	0,0410	0,0376	0,5756
CEPISA	-0,2664	0,6864	-0,1829	0,0644	0,0140
COELBA	0,2152	0,5664	0,1219	0,0338	0,5332
COELCE	0,1196	0,5762	0,0689	0,0330	0,4226
COSERN	0,1884	0,4734	0,0892	0,0353	0,4753
ENERGIPE	0,1766	0,2467	0,0436	0,0541	0,5222
SAELPA	0,1463	0,5360	0,0784	0,0502	0,5843

Fonte: Dados da pesquisa

Na observação dos indicadores de resultado econômico e social indicados na tabela 5, foi constatado que as quatro empresas de maior pontuação na divulgação das informações de natureza social e ambiental apresentaram as maiores margens líquidas. Quanto às duas empresas de menor pontuação, essas obtiveram margens líquidas intermediárias entre as maiores e menores que foram verificadas.

A empresa de maior giro do ativo foi a CEPISA, cuja pontuação na divulgação social e ambiental foi 46 pontos, seguida da CEAL (24 pontos), CELB (14 pontos), COELCE (48 pontos), COELBA (48 pontos), SAELPA (17 pontos), CELPE (48 pontos) COSERN (48 pontos) e, por último, a ENERGIPE, que obteve 22 pontos na divulgação social e ambiental.

As maiores taxas de retorno do investimento também foram observadas nas quatro empresas de maior pontuação na divulgação das informações de natureza social e ambiental, CELPE, COELBA, COELCE e COSERN. Do mesmo modo, as menores taxas de retorno foram verificadas nas empresas com menor pontuação. Isso pode indicar que esse fator de desempenho, juntamente com a característica de porte empresarial, tende a influenciar a divulgação das informações de natureza social e ambiental.

O indicador giro social interno não apresenta valores extremos nas empresas analisadas, no entanto o maior valor foi da CEPISA, que na pontuação da divulgação social e ambiental alcançou 46 pontos. Já no giro social externo, essa mesma empresa teve o menor índice. As empresas de maior pontuação na divulgação das informações de natureza social e ambiental tiveram valores intermediários em relação ao máximo e mínimo, sendo que o maior giro social externo foi da empresa SAELPA (17 pontos na divulgação social e ambiental).

A Tabela 6 evidencia alguns indicadores que relacionam a riqueza gerada pela empresa com os seus ativos e informações sobre os empregados.

Tabela 6 – Indicadores da participação do valor adicionado

Empresa	Rentabilidade agregada dos investimentos	Retorno social sobre a remuneração dos empregados	Riqueza gerada por empregado
CEAL	0,4241	0,2189	349,8742
CELB	0,3751	0,1299	242,7545
CELPE	0,3697	0,0808	748,0486
CEPISA	0,3218	0,3776	154,9263
COELBA	0,4766	0,0540	819,1081
COELCE	0,3875	0,0737	806,3434
COSERN	0,4580	0,0700	877,7672
ENERGIPE	0,2123	0,0927	389,5926
SAELPA	0,4529	0,0875	254,0763

Fonte: Dados da Pesquisa.

No índice rentabilidade agregada dos investimentos, que relaciona a riqueza gerada pela entidade e os seus ativos, as empresas de maior e menor desempenho foram, respectivamente, COELBA e ENERGIPE, essas empresas tiveram posições semelhantes na pontuação na divulgação das informações de natureza social e ambiental.

A observação dos indicadores de retorno social sobre a remuneração dos empregados revela que o maior e menor valor foram de duas empresas que tiveram pontuações na divulgação social e ambiental bem próximas, CEPISA e COELBA, respectivamente. Inversamente, as empresas de menor pontuação apresentaram maiores índices de retorno social sobre a remuneração dos empregados.

Na análise da riqueza gerada por empregado, as quatro empresas de maior pontuação na divulgação das informações de natureza social e ambiental apresentaram melhores resultados. No entanto, o menor valor desse indicador foi verificado na CEPISA, que alcançou 46 pontos na divulgação social e ambiental.

Os indicadores de desempenho econômico e social das empresas analisadas, quando relacionados com a pontuação na divulgação das informações de natureza social e ambiental obtida pelas mesmas, não apresentam regularidade. Embora algumas observações revelem uma possível relação direta entre elementos como tamanho da empresa e alguns indicadores de rentabilidade e a pontuação na divulgação das informações de natureza social e ambiental, em outras análises não foi observada essa mesma regularidade. Isso pode revelar que os elementos como tamanho da empresa, rentabilidade econômica e financeira e magnitude patrimonial não estão necessariamente relacionados com a disposição dessas empresas em divulgar informações acerca da sua atuação, bem como os impactos das suas atividades nas áreas social e ambiental.

5. CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve como objetivo principal analisar a evidenciação de informações de natureza social e ambiental por meio do Balanço Social – Modelo IBASE publicado pelas distribuidoras de energia elétrica do Nordeste do Brasil e, secundariamente, observar se há relação entre o nível de evidenciação e os indicadores de desempenho econômico e social. Para isso foi feita uma pesquisa documental nos demonstrativos das empresas referentes ao exercício do ano de 2005, com o estabelecimento de uma pontuação para a evidenciação de cada indicador constante no BS – Modelo IBASE e sua posterior comparação com alguns índices de desempenho empresarial e social das referidas empresas.

Atualmente, verifica-se uma crescente conscientização da sociedade no tocante à exigência de que as empresas apresentem informações compreensíveis sobre sua atuação. Por meio da evidenciação dos indicadores sociais, as empresas demonstram informações acerca da sua atuação e dos impactos da sua atividade no ambiente onde atuam. No entanto, toda divulgação, precisa atender a determinados critérios. O BS é um dos instrumentos que vêm sendo amplamente utilizados para divulgação dessas informações, por ser um demonstrativo que visa descrever aspectos da realidade econômica e social das entidades.

As atividades desenvolvidas por empresas do setor elétrico causam significativos impactos sociais e ambientais, o que justifica a exigência de publicação do BS por parte das empresas desse setor, de modo ainda que várias discussões e estudos tenham permeado o tema relativo à divulgação social e ambiental. Optou-se por analisar empresas de distribuição, cujo mercado opera no Brasil com 64 empresas em regime de concessão, englobando empresas estatais e privadas. Na região Nordeste, atuam 11 concessionárias distribuidoras, as quais constituíram o objeto de estudo.

Os principais resultados do presente trabalho demonstram o seguinte: das nove empresas analisadas, apenas três apresentaram pontuação abaixo de 50% da pontuação máxima, num indicativo de que as mesmas estão cientes da importância da evidenciação de tais informações; os indicadores de desempenho econômico e social que foram utilizados nas

empresas analisadas, quando relacionados com a pontuação na divulgação das informações de natureza social e ambiental obtida pelas mesmas, não apresentam regularidade. Ainda que se tenha verificado em algumas observações uma possível relação entre determinados elementos característicos das empresas, tais como tamanho e indicadores de desempenho econômico e social, e a pontuação na divulgação das informações de natureza social e ambiental, em outros pontos não foi observada a mesma tendência. Isso pode indicar que tais elementos não estão necessariamente relacionados com a disposição dessas empresas em divulgar informações acerca da sua atuação, bem como os impactos das suas atividades nas áreas social e ambiental.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. M.; SIQUEIRA, J. R. M.; MARQUES, J. A. V. C. Uma Análise da Informação Social nas Demonstrações Contábeis Publicadas de Empresas do Setor de Saúde Suplementar. In: X Colóquio Internacional Sobre Poder Local, 2006, Salvador. **Anais do X Colóquio Internacional Sobre Poder Local**, 2006.
- ALMEIDA, M. M. ; SIQUEIRA, J. R. M. Análise das Informações Sociais Ampliadas: Um Estudo no Setor Elétrico Brasileiro. In: X Colóquio Internacional Sobre Poder Local, 2006, Salvador. **Anais do X Colóquio Internacional Sobre Poder Local**, 2006. v. 1.
- ANEEL. **Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica** – MCSPE. 2001.
- ANEEL. **Resolução n.º 444, de 26 de outubro de 2001**. Instituiu o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Disponível em: www.aneel.gov.br. Acesso em: 24 nov.2006.
- AZEVEDO, Tânia C.; CRUZ, Cláudia F. Balanço Social como instrumento para demonstrar a responsabilidade social das entidades: Uma discussão quanto à elaboração, padronização e regulamentação. **Pensar Contábil**, v. VIII, p. 13-20, 2006.
- BARRETO, José Renato Ferreira. **Modelo de apoio à gestão do relacionamento entre as concessionárias de distribuição de energia elétrica e as empresas fornecedoras de serviços**. UFSC, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2005. Tese: Doutorado em Engenharia de Produção.
- BENSTON, George J. *An analysis of the role of accounting standards for enhancing corporate governance and social responsibility*. **Journal of Accounting and Public Policy**, Volume 1, Issue 1, Autumn 1982, Pages 5-17.
- BRASIL Lei n.º 8.987/95 – Lei das Concessões Públicas. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8987.htm. Acesso em: 24 nov.2006.
- BRASIL. Lei n.º 9.247/96. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9247.htm. Acesso em: 24 nov.2006.
- CARREGARO, José Carlos. **Proposta de indicadores de desempenho às distribuidoras de energia federalizadas do setor elétrico brasileiro**. UFSC, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2003. Dissertação: Mestrado em Engenharia de Produção.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.003/2004. Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em www.cfc.org.br. Acesso em: 24 nov.2006.
- DE LUCA, Márcia Martins M. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.
- FRANCO, Flávio Ney da Silva. **O Processo de Adaptação Estratégica da Companhia Paranaense de Energia às Mudanças do Arranjo Institucional do Setor Elétrico Brasileiro**. Florianópolis, UFSC, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2002. Dissertação: Mestrado em Engenharia de Produção.
- GANIM, Antônio. **Setor elétrico brasileiro: aspectos regulamentadores e tributários**. Rio de Janeiro: Canal Energia, 2003.

- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HENDRIKSEN, Eldon S. BREDAS, Van. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARTINS, C. M. F.; BERNADO, D. C. dos R.; MADEIRA, G. J. Origem e evolução do balanço social no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte: UFMG. v. 13, n. 1, Abril 2002.
- MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços**: abordagem básica e gerencial. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MORITZ, Ricardo. **Metodologia de Cálculo e Análise de Revisão Extraordinária das Tarifas de Energia Elétrica: Um Enfoque no Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos de Concessão das Distribuidoras**. Florianópolis, UFSC, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2002. Dissertação: Mestrado em Engenharia de Produção.
- OLIVEIRA, Marcelle Colares ; DAHER, Wilton de Medeiros ; PONTE, Vera Maria Rodrigues ; OLIVEIRA, Bruno Cals de . Responsabilidade Social Corporativa Segundo o Modelo de Hopkins: Um Estudo nas Empresas do Setor Energético do Nordeste Brasileiro. In: XXX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, 2006, Salvador. **Anais do XXX EnANPAD**, 2006.
- ONS – **Operador Nacional do Sistema Elétrico**. Disponível em < <http://www.ons.org.br/home/>>. Acesso em: 20 nov.2006
- PACAGNELLA JÚNIOR, Antônio Carlos; PENEDO, A. S. T. ; MARQUES, D. S. P. Análise dos indicadores de responsabilidade social nas usinas de açúcar e álcool de São Paulo. In: X Colóquio Internacional sobre o Poder Local, 2006, Salvador. **Anais do X Colóquio Internacional Sobre Poder Local**, 2006.
- REVISTA EXAME- Maiores e Melhores. São Paulo: ABRIL,julho/2006.
- REVISTA BALANÇO ANUAL GAZETA MERCANTIL. São Paulo: JB, setembro/2006.
- ROCHA, E. S. ; Carneiro, Célia M. B. ; ALBUQUERQUE, F. M. B. A Importância da Evidenciação Contábil das Informações Ambientais - Um Estudo de Caso da Aracruz Celulose. In: 2º Seminário USP de Contabilidade, 2002, São Paulo. **Anais do 2º Seminário USP de Contabilidade**, 2002.
- RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- SANTANA, N. B. ; PÉRICO, A. E. ; REBELATTO, D.A.N. . Investimento em responsabilidade sócio-ambiental de empresas distribuidoras de energia elétrica - uma análise por envoltória de dados. **Revista Gestão Industrial**, Ponta Grossa - Paraná - Brasil, p. 124 - 139, 27 nov. 2006.
- SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.
- SILVA, A. P. F.; SOUZA, Erica X.; MIRANDA, L. C.; RAMOS, W. J. O. Análise financeira da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como Ferramenta de Desempenho: um estudo em empresas do setor elétrico brasileiro. In: 2º Seminário USP de Contabilidade, 2002, São Paulo. **Anais do 2º Seminário USP de Contabilidade**, 2002.
- SIQUEIRA, J. R. M. Balanços Sociais Brasileiros: Uma Análise Crítica das Publicações do Ano de 2001. In: Seminários USP de Contabilidade, 2002, São Paulo. **Anais do 2º Seminário USP de Contabilidade**, 2002.
- SOUZA, Herbert de. Balanço Social: voluntário ou obrigatório? Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso em: 27 nov.2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TORRES, Ciro. **Um pouco da história do Balanço Social**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3&sid=3>. Acesso em: 27 nov.2006.